

Revisão constitucional descartada

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A possibilidade de se antecipar para este ano a reforma constitucional prevista na Constituição para 1993 foi descartada ontem até mesmo por líderes de partidos governistas, como o PFL e o PDC. Até o momento, a tese que encontra maior número de adeptos é a antecipação da revisão para 1992.

Para o líder do PFL na Câmara, deputado Ricardo Fiúza (PE), é impossível fazer a revisão constitucional neste ano. Na sua opinião, além de tumultuar o processo legislativo, uma reforma da Carta, no bojo da atual crise, poderia levar a alternativas artificiais para a economia. Fiúza acha possível, no entanto, fazer a reforma um ano antes.

"A antecipação para este

ano é complicada", previu o líder do PDC, deputado Eduardo Siqueira Campos (TO).

Assim como o líder petista, ele acredita ser mais fácil trabalhar por uma reforma constitucional em 1992. Pelo lado da oposição, o PMDB partilha da mesma posição, só que o líder Ibsen Pinheiro (RS) não vê problemas se a revisão ocorrer entre 1992 e 1993. O fundamental, para ele, é que isso se dê através do entendimento e que qualquer alteração no sistema de governo (se for aprovado o parlamentarismo, por exemplo) só seja colocada em prática para o próximo presidente da República e para o Congresso que tomará posse em 1995.

Ainda pelo lado da oposição, o vice-líder do PDT, deputado Cesar Maia (RJ), acha

que "no ano que vem deveria dar-se apenas a discussão em torno do sistema de governo".

Os outros temas, disse ele, deveriam ser analisados apenas em 1995, dois anos depois do que prevê a Carta. Já o vice-líder petista, José Genoino (SP), prefere que a revisão se dê mesmo só em 1993. Ele prega, porém, a realização do plebiscito para definir o sistema de governo por volta de fevereiro daquele ano. Em seguida, começaria a reforma.

Ao passar pelo Congresso, o governador eleito da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, disse ser favorável à antecipação da revisão constitucional, principalmente nos pontos da educação e da estabilidade. Para ele, a estabilidade deve ser concedida com base na eficiência profissional.